

*Companhia de
Saneamento
Ambiental do Distrito
Federal – CAESB*

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo:

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	388.522	404.767
Contas a receber, líquidas	9	473.239	400.710
Estoques	10	62.768	45.227
Tributos a recuperar	11	1.067	2.365
Despesas antecipadas		1.925	1.895
Partes relacionadas	35	117.564	-
Ativo não circulante para alienação	12	-	1.468
Outras contas a receber	13	26.518	23.732
Total do ativo circulante		1.071.603	880.164
Contas a receber, líquidas	9	77.735	55.228
Contribuição social diferida	15	25.975	35.031
Despesas antecipadas		422	1.348
Partes relacionadas	35	41.484	22.923
Ativos financeiro - concessões	17	-	2.070.537
Ativos de contratos	16	59.435	526.044
Outros valores a receber	14	18.563	22.660
Total do realizável a longo prazo		223.614	2.733.771
Investimentos	18	19.783	28.118
Intangível	20	105.397	710.180
Imobilizado	19	3.478.759	189.254
Total do ativo não circulante		3.827.553	3.661.323
Total do ativo		4.899.156	4.541.487

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Notas	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	21	292.918	205.544
Obrigações fiscais	23	51.003	41.589
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	97.367	91.129
Empréstimos e financiamentos	22	59.348	100.396
Arrendamento mercantil	22	18.174	24.344
Instrumentos financeiros derivativos	5	40.358	-
Partes relacionadas	35	30.273	10.516
Benefícios a empregados	25	199.414	177.913
Total do passivo circulante		788.855	651.431
Fornecedores e outras contas a pagar	21	353.232	240.434
Empréstimos e financiamentos	22	604.305	776.274
Arrendamento mercantil	22	39.807	49.379
Partes relacionadas	35	13.011	10.119
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26	278.633	192.521
Benefícios a empregados	25	272.257	373.088
Total do passivo não circulante		1.561.245	1.641.815
Total do passivo		2.350.100	2.293.246
Capital social	27	2.176.397	2.074.069
Reserva de lucro	27	393.172	154.198
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	63.360	108.137
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(83.873)	(88.163)
Total do patrimônio líquido		2.549.056	2.248.241
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.899.156	4.541.487

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	28	2.567.429	2.292.757
Custo dos serviços prestados	29	(1.366.475)	(1.267.273)
Lucro bruto		1.200.954	1.025.484
Despesas comerciais e de vendas	30	(217.379)	(295.876)
Despesas administrativas e gerais	31	(371.651)	(318.857)
Despesas tributárias	32	(9.139)	(9.369)
Outras Receitas/Despesas operacionais	33	(102.043)	(110.914)
Participação no resultado de coligadas e controladas	18	(8.335)	1.075
Resultado operacional		492.407	291.543
Receita financeira	34	203.224	107.314
Despesa financeira	34	(263.740)	(301.780)
Resultado Financeiro		(60.516)	(194.466)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		431.891	97.077
Contribuição social – corrente	15	(28.499)	(16.899)
Contribuição social – diferida	15	(9.056)	10.283
Contribuição social		(37.555)	(6.616)
Resultado do exercício		394.336	90.461

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	394.336	90.461
Outros resultados abrangentes	4.290	8.324
Ganhos/Perdas líquidos em remensurações de planos de benefícios definidos	4.290	8.324
Resultado abrangente do exercício	398.626	98.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
				Reserva para aumento de capital	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		2.074.069	64.530	37.798	47.423	-	(96.487)	2.127.333
Resultado do exercício		-	-	-	-	90.461	-	90.461
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva para aumento de capital	27.3	-	-	64.454	-	(64.454)	-	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	-	-	4.523	(4.523)	-	-
Dividendos autorizados	27.6	-	-	-	-	(21.484)	-	(21.484)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.5	-	43.607	-	-	-	-	43.607
Ajuste de avaliação patrimonial	27.4	-	-	-	-	-	8.324	8.324
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.074.069	108.137	102.252	51.946	-	(88.163)	2.248.241
Resultado do exercício		-	-	-	-	394.336	-	394.336
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva para aumento de capital	27.3	-	-	257.055	-	(257.055)	-	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	-	-	19.717	(19.717)	-	-
Dividendos autorizados	27.6	-	-	-	-	(117.564)	-	(117.564)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.5	-	19.753	-	-	-	-	19.753
Aumento de Capital	27.1	102.328	(64.530)	(37.798)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	27.4	-	-	-	-	-	4.290	4.290
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.176.397	63.360	321.509	71.663	-	(83.873)	2.549.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		394.336	90.461
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		55.068	149.388
Variações monetárias sobre contas a receber		(20.295)	(13.394)
Perdas de créditos prescritos		1.012	(2.401)
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		(92.698)	92.805
Provisão concessão de serviços		679	949
Resultado da equivalência patrimonial		8.335	(1.075)
Contribuição social diferida		9.056	(10.283)
Depreciações e amortizações		111.075	99.313
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		1.823	49
Ajuste a valor presente de ativos imobilizados e intangíveis		(4.229)	18.180
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		26.433	4.510
Juros sobre obrigações fiscais		22	27
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		17.558	20.125
Provisão de demandas judiciais		86.112	(18.164)
Provisão de benefícios previdenciários		856	1.345
Instrumentos financeiros derivativos - Swap Cambial		93.813	-
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		47.205	56.619
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		(89.540)	188.311
Resultado ajustado		646.621	676.765
Variações em:			
Contas a receber de clientes	9	(129.147)	(155.852)
Estoques	10	(17.541)	63
Tributos a recuperar	11	1.298	53.256
Contribuição social diferida	15	-	-
Outras contas a receber	13	(125.958)	(2.049)
Despesas antecipadas		896	1.868
Outros valores a receber	14	(10.531)	1.476
Fornecedores e outras contas a pagar	21	195.709	36.653
Obrigações fiscais	23	9.392	4.226
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	6.238	(1.372)
Benefícios a empregados	25	(755)	(60.107)
Total das variações de ativos e passivos		(70.399)	(121.838)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		576.222	554.927

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de intangíveis	20	(47.982)	(178.769)
Ativos de contrato	16	(61.874)	(136.153)
Aquisições de imobilizado	19	(144.921)	(74.717)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		(254.777)	(389.639)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	22	(14.989)	43.990
Amortização de empréstimos e financiamentos	22	(176.850)	(86.150)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	22	(48.040)	(56.660)
Dividendos autorizados	27.6	(117.564)	(21.484)
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.5	19.753	43.607
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(337.690)	(76.697)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(16.245)	88.591
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8	404.767	316.176
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8	388.522	404.767
Resultado do exercício		(16.245)	88.591

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), foi constituída em 08 de abril de 1969. Seu objeto social compreende a prestação de serviços públicos de saneamento básico, incluindo abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos, podendo também atuar em outros países. A partir da aprovação da Lei nº 7.629 de 20 de dezembro de 2024 foi permitida a ampliação do objeto social da CAESB passando a incluir também em seu escopo a geração e comercialização de energia elétrica e gás.

Desde 2006, a CAESB opera sob o Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Esse contrato regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário.

Com a promulgação da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, ficou estabelecida a prestação direta do serviço público de saneamento básico, de titularidade do Distrito Federal, por meio da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Esta Lei revogou a Lei Distrital nº 2.954, de 22 de abril de 2002, que definia um prazo de concessão para a CAESB, considerando que o Decreto Lei nº 524, de 8 de abril de 1969, que criou a Companhia, estabelece seu funcionamento por prazo indeterminado.

Nesse contexto, o Contrato nº 001/2006 foi alterado, via aditivo, para adequá-lo às novas condições de prestação direta dos serviços, tornando inaplicáveis as cláusulas referentes a prazos, intervenção e extinção da concessão, bem como sobre a reversão dos ativos. As alterações efetuadas no contrato não impactarão a prestação dos serviços, uma vez que as condições, obrigações e prerrogativas definidas permaneceram inalteradas.

Além disso, a regulação da prestação dos serviços, exercida pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal permanece inalterada conforme a Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as competências da Agência.

A Companhia possui reconhecida a imunidade tributária recíproca, dada sua condição de Sociedade de Economia Mista de capital fechado, majoritariamente controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF e prestadora de serviços públicos em regime de monopólio.

Em linha com as melhores práticas de governança e sustentabilidade, a CAESB iniciou em 2025 a implementação de seu planejamento estratégico para o período de 2025 a 2029, com foco em desenvolvimento de suas práticas ESG (Environmental, Social and Governance). Atualmente em fase de execução, o planejamento estratégico foi elaborado com base no alinhamento das estratégias aos princípios ambientais, sociais e de governança, reforçando o compromisso da Companhia com práticas de sustentabilidade, ética e responsabilidade social. Espera-se que até 2029 a Companhia evolua na maturidade ESG do nível 2 para o nível 5, com a implementação das ações transversais à temática distribuídas nos objetivos estratégicos, para o exercício de 2026, espera-se que a Companhia esteja apta a apresentar seu relatório financeiro de sustentabilidade de acordo com as IFRS S publicadas.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Considerando que o Manual de Contabilidade Regulatória converge com as normas internacionais de contabilidade, a Companhia optou por apresentar apenas um conjunto de demonstrações financeiras capaz de atender às finalidades regulatória e societária.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pela Diretoria Colegiada da Companhia, em 11 de fevereiro de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, conforme requisitos contábeis aplicáveis.

A Companhia assegura que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão devidamente evidenciadas, e refletem fidedignamente os registros, julgamentos e estimativas utilizados pela Administração.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$) e todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma diversa.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do passivo líquido de benefício definido que é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa nº 4.12. Outros ativos e passivos que requerem mensurações diferenciadas são tratados de acordo com suas normas específicas.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Sumário das práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são demonstradas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior e estão em consonância com as normas contábeis brasileiras e pronunciamentos emitidos pelo CPC:

4.1 Receita operacional

a. Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam serviços já prestados, sendo assim, receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

b. *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações, remanejamentos e reparos de hidrômetros e ainda de ligação e religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

4.2 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os instrumentos financeiros foram mensurados ao valor justo ou ao custo amortizado com reconhecimento do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias. Esses recursos possuem risco insignificante de mudança de valor e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

4.4 Estoques

Os estoques de materiais para consumo e os necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos são mensurados pelo custo médio ponderado e classificados no ativo circulante. O custo inclui todos os gastos de aquisição e outros, incorridos para colocar os materiais em seu local final de armazenamento e em condição de consumo.

4.5 Investimentos societários

Os investimentos em coligadas da Companhia são avaliados e registrados pelo Método da Equivalência Patrimonial. Atualmente, a Companhia possui investimentos na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal e em Corumbá Concessões. Os registros seguem o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2).

4.6 Negócios em conjunto

A Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para reconhecimento dos direitos e obrigações referentes aos negócios em conjunto, em razão do compartilhamento do controle pelas consorciadas. Dessa forma, a Companhia registra sua participação proporcional equivalente a 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do Consórcio de Águas Lindas e do Consórcio Corumbá, conforme definição de operações em conjunto, estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC19 (R2).

4.7 Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e intangível, nos quais a Companhia detém substancialmente os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como ativos de direito de uso e em contrapartida são registrados os passivos correspondentes. O registro inicial dos contratos corresponde a um ativo (imobilizado ou intangível) e um passivo de financiamento (arrendamento), ajustados a valor presente.

4.8 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado correspondem aos ativos de uso geral necessários à operação e à manutenção dos serviços públicos de saneamento prestados diretamente pela Companhia, conforme a Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, que definiu a CAESB como prestador direto dos serviços e não mais como concessionária.

Esses bens são registrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado quando é provável que gerem benefícios econômicos futuros à Companhia. O valor contábil dos bens é baixado antes do término de sua vida útil nas situações de alienação, leilão, perda, extravio ou indenização securitária. Reparos e manutenções que não se qualificam para capitalização são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O custo histórico compreende todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos, incluindo juros sobre financiamentos incorridos até a data em que o bem esteja disponível para uso. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados conforme os mesmos critérios e vida útil estabelecidos para os ativos aos quais se vinculam.

A depreciação é calculada com base na vida útil econômica dos bens, estimada por empresa especializada e acompanhada por equipe interna. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas decorrentes da alienação de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre o valor recebido e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado em “outras receitas e despesas líquidas”.

As taxas médias de depreciação atualmente utilizadas são as seguintes:

Natureza	Taxa média de depreciação ao ano
Equipamentos de Transportes; Computadores, periféricos e outros componentes eletrônicos	20,00%
Equipamentos de: Automação, Medição e precisão, Eletromecânicos, Tratamento, Implemento Agrícola, Segurança, Laboratório, Assistência Médica; Hidrômetros; Ferramentas e ferramental e Instalações em geral	10,00%
Aparelho de som, áudio e comunicação; aparelho utensílio doméstico e refrigeração; biblioteca e mapoteca; equipamento de desenho; móveis e utensílios de escritório	8,33%
Equipamento de oficina; máquinas, tratores e similares	6,67%
Equipamentos de Armazenamento de Gases e Líquido; poço e instalações elétricas	5,00%
Lagoa; ligação predial; tomada de água e tubulações em geral	2,00%
Construção civil; barragem e edificações	1,67%
Terreno	-

4.9 Intangível

Em decorrência da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, a CAESB passou a atuar como prestadora direta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, deixando de operar sob o regime jurídico de concessão. Dessa forma, os ativos anteriormente classificados como “intangíveis vinculados à concessão”, nos termos da ICPC 01 (R1), passaram a ser tratados como ativos próprios, utilizados diretamente na prestação dos serviços.

Assim, o ativo intangível da Companhia passou a ser composto exclusivamente por:

- softwares,
- licenças de uso,
- ativos vinculados à prestação de serviços no município de Águas Lindas
- e outros ativos intangíveis não associados à infraestrutura física dos sistemas de água e esgoto.

Esses ativos são registrados ao custo de aquisição, incluindo gastos diretamente atribuíveis à sua implementação, e são apresentados deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é iniciada quando o ativo está disponível para uso, em seu local e condição necessários para operar conforme pretendido pela Companhia. A vida útil e o método de amortização são acompanhados por equipe interna, considerando fatores tecnológicos e operacionais. Gastos incorridos com manutenção de software ou atualizações que não aumentam benefícios econômicos futuros são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A contabilização anterior referente a juros, atualizações monetárias e variações cambiais capitalizadas em projetos de infraestrutura (ICPC 01 / CPC 20) não mais se aplica a ativos classificados como intangíveis, pois tais ativos foram reclassificados ao imobilizado conforme sua natureza.

Licenças de uso de software

As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

4.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado são avaliados, na data de cada apresentação, para verificar a existência de evidência de perda no valor recuperável, conforme o CPC 48.

Considera-se que há perda quando existem evidências objetivas de que ocorreu um evento após o reconhecimento inicial do ativo, o qual tenha impacto negativo e mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados.

A Companhia reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa utilizando o valor provável de realização, com base:

- na categorização dos clientes,
- na análise histórica de inadimplência,
- e no modelo combinado de perdas incorridas e esperadas, conforme o CPC 48.

A avaliação ocorre de duas formas:

- Análise individual: aplicada aos créditos de maior materialidade ou específicos por risco.

- Análise coletiva: realizada para grupos homogêneos de clientes que apresentam características comuns de risco, conforme detalhado na Nota 9.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. A Companhia adota como UGC os sistemas de água e esgoto.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

4.11 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente discutida em juízo, como resultado de eventos passados, possuindo uma possibilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.12 Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano I – Benefício Definido (BD), Plano II - Plano Saldado (BD) e Plano III – Contribuição Definida (CD).

O passivo reconhecido no balanço da Companhia refere-se ao valor presente das obrigações na data das demonstrações, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados. A obrigação é calculada anualmente e revisada trimestralmente por atuário independente, utilizando método do crédito unitário projetado conforme orientado pelo pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Também é feito o ajuste do valor referente ao *risk sharing* das obrigações por parte dos participantes. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e as perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme nota explicativa nº 25.

b. *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias, conforme nota explicativa nº 25.

c. *Participação nos resultados*

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado.

O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa 25.

d. *Programa de Demissão Voluntária*

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir

o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devedor também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

4.13 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

4.14 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

4.15 Remuneração dos Acionistas

Para efeito de Remuneração dos Acionistas é seguido o contido no Estatuto Social, cuja última Alteração foi homologada em 25/11/2025 e prevê que a parcela referente ao dividendo e/ou juros sobre capital próprio (JCP) obrigatórios, não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o artigo 202 da Lei 6.404/76.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência de decisão judicial com trânsito em julgado, que reconheceu a imunidade tributária da Companhia quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a CAESB não apura nem registra valores de IRPJ, seja na forma corrente ou diferida.

Assim, permanece sujeita apenas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 9%, conforme legislação vigente.

A contribuição social corrente é apurada com base no lucro tributável, ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação fiscal.

O valor apurado é registrado:

- no passivo, quando houver montante devido; ou
- no ativo, quando pagamentos antecipados excederem o valor devido na data das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições adotadas na apuração da CSLL, especialmente em áreas sujeitas a interpretação fiscal, constituindo provisões quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. São reconhecidos:

- ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e bases negativas de CSLL, quando é provável que existam lucros tributáveis futuros que permitam sua realização;
- passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos quando não for mais provável sua realização futura.

A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos utiliza as alíquotas da CSLL vigentes ou já aprovadas até a data das demonstrações financeiras, aplicáveis ao período esperado de reversão das diferenças temporárias.

4.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

Tributos	Alíquotas
PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	0,65%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0%

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações.

O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

5.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. A gestão do risco financeiro é um processo contínuo que envolve todas as áreas da Companhia, incluindo os Conselhos de Administração e Fiscal, Comitês e Diretoria Colegiada. A Companhia mantém atualizada sua Política de Gestão de

Riscos Financeiros (PL.GEF-002), a qual estabelece diretrizes, atribuições e parâmetros para sua gestão, conforme descritos nesta nota explicativa.

a. *Risco de negócio*

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora. Especificamente, no Distrito Federal, com a promulgação da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, esse risco foi mitigado pois ficou estabelecida a prestação direta do serviço público de saneamento básico por meio da CAESB, por prazo indeterminado.

b. *Risco de crédito*

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores.

b.1 *Recebíveis*

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre muitos clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

b.2 *Aplicações financeiras*

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos relativos às aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia totalizam R\$ 366.211 (R\$ 386.443 em 2024), distribuído conforme tabela abaixo:

	2025	2024
BRB – Banco de Brasília S/A	223.929	240.343
Banco do Brasil S/A	115.983	92.354
Caixa Econômica Federal – CEF	8.790	53.746
Banco Itaú Unibanco	17.509	-
Total	366.211	386.443

c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 124.703 (R\$ 180.535 em dezembro de 2024), sendo no circulante R\$ 24.456 e no não circulante R\$ 100.247, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (IPCA, TR e INPC).

Índice de indexação	2025	2024
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	10.387	-
Taxa de Referência (TR)	-	50.513
Total de empréstimos e financiamentos	10.387	50.513
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	114.316	130.022
Total de outras contas a pagar	114.316	130.022
Total	124.703	180.535

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas pós-fixadas, calculados com base em uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses após 31 de dezembro de 2025. Além disso, busca mensurar o impacto de possíveis mudanças nas variáveis de mercado, considerando todos os demais indicadores constantes, de forma a avaliar os efeitos potenciais sobre os resultados financeiros da companhia.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2025															
Cenários de taxas de juros															
Cenário provável					Cenário possível (+25%)					Cenário remoto (+50%)					
TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	
1,97%	4,26%	3,90%	4,20%	4,68%	2,46%	5,33%	4,87%	5,25%	5,85%	2,96%	6,40%	5,85%	6,30%	7,02%	

(*) SOFR: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.

(*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Passivos					
Financiamentos	IPCA	10.387	1.569	1.687	1.806
Financiamentos	JUROS BID	10.836	261	327	392
Financiamentos	SOFR	642.331	36.404	45.505	54.606
Dívida FUNDIÁGUA	INPC	114.317	6.731	10.573	16.096
Efeitos no resultado			777.871	44.965	58.092
			72.900		

d. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras.

Visando mitigar esses riscos, a Companhia contratou 02 (duas) instituições financeiras para realizar operações de crédito (hedge), sem caráter especulativo, utilizando os recursos provenientes do financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contrato nº 3168/OC-BR. As informações dessa operação estão destacadas na nota 5.2.

e. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

5.2 Instrumentos financeiros e derivativos

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia realizou uma operação de derivativo (Swap Cambial) relacionada ao Contrato de Empréstimo nº 3168 OC/BR, em dólares americanos (moeda USD), firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta estratégia de hedge foi implementada com o objetivo de proteger a Companhia contra flutuações adversas na taxa de câmbio, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade financeira.

A proposta de operação de swap cambial (derivativo), que converte dólares para reais, foi realizada sobre o saldo devedor no montante de USD 125.289.690,48, com vencimento em 15/06/2039. Os encargos financeiros mudaram de "SOFR + 1,20% a.a." para "CDI +/- X%", sendo distribuídos em três tranches:

1ª Tranche: Em 28 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 42.000.000,00 com o Banco Itaú Unibanco S.A. A taxa da operação foi CDI - 0,13% (CDI menos zero vírgula treze por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,90. Valor da Operação em Reais: R\$ 247.800.000,00.

2ª Tranche: Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 42.000.000,00 com o Banco BTG Pactual S.A. A taxa da operação foi CDI - 0,01% (CDI menos zero vírgula zero um por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,8360. Valor da Operação em Reais: R\$ 245.112.000,00.

3ª Tranche: Em 24 de março de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 41.289.690,48 com o Banco Itaú Unibanco S.A. A taxa da operação foi CDI + 0,10% (CDI mais zero vírgula dez por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,7374. Valor da Operação em Reais: R\$ 236.895.470,16

A Companhia não aplica a política contábil de “*hedge accounting*” para esses contratos, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentando os efeitos desse instrumento financeiro derivativo no resultado financeiro. A dívida referente ao contrato nº 3168/OC-BR está detalhada na nota explicativa nº 22.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 03 (três) contratos de Swap (Dólar +SOFR para Real + CDI), conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros derivativos – Contratos de Swap

Agente Financeiro	Data do início da Operação	Vencimento da Operação	Valor – Dólar	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (Em R\$)	Ganho (perda) (Em R\$)
Banco Itaú	28/01/2025	15/06/2039	5,9000	232.100.457,92	215.631.075,12	(16.469.382,80)
Banco BTG	27/02/2025	15/06/2039	5,8360	229.594.448,80	215.630.132,07	(13.964.316,73)
Banco Itaú	24/03/2025	15/06/2039	5,7374	221.908.516,77	211.984.294,03	(9.924.222,74)
Total				683.603.423,49	643.245.501,22	(40.357.922,27)

5.3 Classificação de risco (rating)

Em 03 de setembro de 2025, a Agência Moody’s Local Brasil publicou relatório no qual atribuiu o Rating de Emissor ‘AAA.br’ à CAESB, com perspectiva estável.

De acordo com a Moody’s o rating de emissor atribuído à CAESB reflete sua demanda resiliente, com geração de fluxo de caixa estável e previsível, e sua atuação em região forte economicamente. Adicionalmente, reflete a forte liquidez da Companhia suportada por uma posição de caixa robusta, um fluxo de caixa gerado nas operações (“FFO”) acima de R\$ 500 milhões ao ano nos últimos períodos e um cronograma de amortização alongado.

O rating também incorpora a expectativa da Moody’s Local Brasil de que a CAESB realizará novas captações para seu programa de investimentos, com foco no combate a perdas (cerca de 32% o final de 2024), ampliação da rede de coleta de esgotos e na manutenção da segurança hídrica do Distrito Federal. No entanto, a CAESB possui uma flexibilidade de investimentos maior que de seus pares setoriais, dada sua alta cobertura de água (99%) e esgoto (95%), visando as metas impostas pelo Novo Marco Regulatório de Saneamento.

5.4 Risco de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia está exposta ao risco de que determinados ativos registrados no ativo não circulante, especialmente aqueles classificados no ativo imobilizado e, quando aplicável, no ativo intangível, não sejam integralmente recuperáveis por meio de seu uso contínuo nas operações ou por eventual alienação. Nessas circunstâncias, pode ser necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos mais relevantes sujeitos a esse tipo de risco incluem, principalmente, a infraestrutura operacional vinculada aos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como obras em andamento e demais ativos utilizados na prestação dos serviços públicos sob responsabilidade da Companhia. Adicionalmente, podem estar sujeitos a essa avaliação eventuais ativos intangíveis relacionados a contratos ou direitos regulatórios, quando existentes.

O monitoramento contínuo de indicadores internos e externos é realizado para sinalizar eventuais perdas de recuperabilidade. Entre tais indicadores, destacam-se alterações no ambiente regulatório, mudanças na demanda, evolução tecnológica, deterioração física e variações macroeconômicas.

A mitigação do risco fundamenta-se em planejamento estratégico, revisões tarifárias e manutenção da infraestrutura. Tais ações integram o procedimento operacional de verificação de *impairment*, atualmente em fase de elaboração.

5.5 Risco Regulatório

A Companhia está exposta a riscos regulatórios inerentes à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As atividades da Companhia dependem da manutenção do arcabouço institucional aplicável, das diretrizes do poder público e das decisões da agência reguladora, especialmente no que se refere aos processos de reajuste e revisão tarifária, padrões de qualidade e metas de investimento.

Embora os contratos e instrumentos que disciplinam a prestação dos serviços sejam, em geral, de longo prazo, existe o risco de alterações nas condições regulatórias ou operacionais que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, sua geração de caixa e sua capacidade de execução de investimentos.

Adicionalmente, fatores como disponibilidade hídrica, eventos climáticos, variações de custos de insumos e energia, exigências ambientais e cumprimento de metas setoriais podem impactar o desempenho operacional.

A Administração mitiga esses riscos por meio de planejamento estratégico de longo prazo, acompanhamento contínuo dos indicadores operacionais e financeiros, manutenção e modernização da infraestrutura, além de monitoramento permanente do ambiente regulatório.

6 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas de eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4.5 e 18** - Investimentos
- **Nota Explicativa nº 4.6** - Negócios em conjunto.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- **Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 19 e 20** - Vida útil do ativo imobilizado e intangível, respectivamente.
- **Nota Explicativa nº 4.12 e 26** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências.
- **Nota Explicativa nº 4.16 e 15** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

7 Normas e interpretações (novas e revisadas)

As principais normas e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 – Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a) Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; b) Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c) Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d) Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2027 Aplicação retrospectiva com regras de transição específicas. A Companhia está avaliando os impactos e efeitos da adoção desta Norma.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis nas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer intermediária preparar demonstrações financeiras disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis.	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e Bancos (a)	22.311	18.324
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	366.211	386.443
Total	388.522	404.767

(a) Consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Possuem rentabilidade média de 98,8% do CDI (94,9% do CDI em 2024). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na nota explicativa nº 5 - gestão de riscos, na qual consta o detalhamento por substituição financeira.

9 Contas a receber

	2025	2024
Cientes		
Contas a receber de clientes	1.537.555	1.388.688
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 35)	21.116	26.443
Subtotal contas a receber (a)	1.558.671	1.415.131
Serviços de Consultoria	-	136
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.038.857)	(988.059)
Subtotal	519.814	427.208
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a reconhecer (c)	(14.198)	(12.264)
Títulos Precatórios a receber – GDF	29.935	26.187
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 38)	29.000	24.191
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(13.577)	(9.384)
Subtotal	31.160	28.730
Total de contas a receber, líquidas	550.974	455.938
Circulante	473.239	400.710
Não circulante	77.735	55.228

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2025	2024
Contas a receber - bruto de clientes – Circulante	1.508.184	1.385.255
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	50.487	29.876
Total do contas a receber - bruto de clientes	1.558.671	1.415.131

Durante o exercício de 2025, a Companhia registrou crescimento no saldo de contas a receber em função de fatores operacionais e tarifários. Em 1º de junho de 2025, entrou em vigor um reajuste tarifário de **9,86%**, impactando diretamente o valor das faturas emitidas. Além disso, houve **incremento de 1% na quantidade de ligações de água e esgoto** entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, bem como **aumento do volume faturado** no período, equivalente a **10% para água** e **11% para esgoto**. Adicionalmente, a Companhia intensificou ações de recuperação de créditos vencidos, o que resultou em maior adesão a **parcelamentos**, contribuindo para a elevação do saldo a receber.

Categoria	A faturar	A vencer							2025
		A vencer	Parceladas	< 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	> 365 dias	
Residencial	81.551	115.201	95.823	63.901	58.616	48.182	77.493	637.456	1.178.223
Comercial	29.412	33.346	21.848	15.553	12.908	11.594	17.530	177.233	319.424
Industrial	1.228	922	9.898	354	308	219	406	5.924	19.259
Pública	29.305	1.768	-	2.670	1.851	377	92	5.702	41.765
2025	141.496	151.237	127.569	82.478	73.683	60.372	95.521	826.315	1.558.671
2024	114.630	118.978	85.077	64.870	85.724	71.881	105.074	768.897	1.415.131

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente o procedimento interno – PO.COM.CAC-005, prevê o parcelamento de débitos em até 24 parcelas, para os parcelamentos em condições normais de negociação. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizadas reduções nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, bem como extensão da quantidade de parcelas, quando o caso se demonstra complexo em razão do volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial possuem características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

- (b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, conforme detalhado no procedimento interno (PO.COM.CAC-008) e ainda considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise para definição do percentual de provisionamento são vários, entre eles, observa-se o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. A Companhia adota a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF (administração direta), para os créditos não prescritos e que tenham expectativas de recebimento, haja vista tratar-se de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de pagamentos e existência de instrumento de compensação de débitos, conforme destacado na nota explicativa 22.2 (a).

A variação decorreu do aumento dos valores a receber no exercício de 2025, o que acaba por impactar também os valores provisionados, além disso, houve um incremento no percentual de perdas esperado para as categorias: Residencial e Pública.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2025			2024		
	CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	988.059	9.384	997.443	840.487	7.534	848.021
Adição	280.053	4.948	285.001	241.738	2.607	244.345
Reversão/baixa	(229.255)	(755)	(230.010)	(94.166)	(757)	(94.923)
Saldo no final do exercício	1.038.857	13.577	1.052.434	988.059	9.384	997.443

- (c) A rubrica “Pagamentos de clientes a reconhecer” é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

10 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Material de operação, manutenção e obras	60.960	44.101
Materiais administrativos	179	126
Reserva técnica	927	446
Material de operação, manutenção e obras – Consórcios	702	554
Total	62.768	45.227

A movimentação dos estoques nos exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2025	2024
Estoque inicial	45.227	45.290
(+) Aquisições	131.388	103.606
(-) Requisições líquidas	(113.847)	(103.669)
Estoque final	62.768	45.227

11 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos e de valores pagos a maior, que poderão ser compensados em apurações futuras. Em 31 de dezembro de 2025 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social	190	226
ISS	1	-
INSS (a)	875	1.436
Tributos Federais – PERDCOMP	1	703
Total	1.067	2.365

(a) Valores referente aos créditos tributários decorrentes de pagamentos à maior de encargos de Folha (eSOCIAL), passíveis de restituição pelo Fisco, mediante pedidos já protocolados. A redução no exercício de 2025 foi proveniente das restituições recebidas.

12 Ativo não circulante mantido para alienação

Os ativos cuja expectativa de alienação deva ocorrer dentro dos doze meses seguintes à data das demonstrações financeiras estão registrados nesse grupo. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dos bens e direitos integrantes de um conjunto de instalações desativadas, destinados à alienação era a seguinte:

Descrição	2024	Adições	Transferências	2025
Equipamentos em geral	1.468	-	(1.468)	-
	1.468	-	(1.468)	-

13 Outras contas a receber

	2025	2024
Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a)	21.771	19.267
Pessoal cedido a receber (b)	298	196
Ressarcimento transferência de ativos (c)	2.312	2.082
Créditos diversos (d)	2.137	2.187
Total	26.518	23.732

(a) Refere-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, 13º salário, débitos de ex-funcionários e outros.

(b) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.

(c) Valor oriundo do TTA (Termo de Transferência de Ativos e Avenças), firmado com a ENEL Distribuição Goiás referente a construção da Linha de Transmissão e da subestação seccionadora para atender a ETA Corumbá;

(d) Refere-se a valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais e outros.

14 Outros valores a receber – não circulante

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas (a)	3.261	7.016
Depósitos e bloqueios judiciais (b)	9.435	8.439
Garantias contratuais (c)	5.867	5.132
Ressarcimento transferência de ativos (d)	-	2.073
Total	18.563	22.660

- a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança, e valores em garantia dos contratos com a Caixa Econômica Federal. A variação decorre do fim dos contratos com a Caixa Econômica Federal.
- b) Os depósitos e os bloqueios judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.
- c) Refere-se à garantia de execução financeira na modalidade de CDB caucionado, referente ao Contrato com empresa comercializadora de Energia.
- d) Valor oriundo do TTA (Termo de Transferência de Ativos e Avenças), firmado com a ENEL Distribuição Goiás referente a construção da Linha de Transmissão e da subestação seccionadora para atender a ETA Corumbá; A variação é decorrente dos recebimentos, restando saldo apenas em curto prazo.

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025			2024		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	1.522	6.917	8.439	1.532	7.017	8.549
Novos depósitos e bloqueios judiciais	475	865	1.340	111	32	143
Reversão (Levantamento de Alvará)	(371)	(520)	(891)	(194)	(602)	(796)
Atualização monetária	121	550	671	105	470	575
Compensação com demandas judiciais	(115)	(9)	(124)	(32)	-	(32)
Saldo no final do exercício	1.632	7.803	9.435	1.522	6.917	8.439

15 Contribuição social - Diferida e corrente

A despesa com contribuição social é composta pelos valores correntes e diferidos, reconhecidos de acordo com a legislação tributária vigente e com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

A Companhia registra ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na medida em que seja provável sua realização futura, considerando projeções de lucros tributáveis e estudos técnicos de recuperabilidade.

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2025	2024	Variação no resultado do exercício	Variação no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	18.705	15.897	2.808	-
Provisão para demandas judiciais	25.077	17.327	7.750	-
Base negativa	0	8.678	(8.678)	-
Déficit atuarial - CPC 33	1.373	1.296	77	-
Outros	996	9.435	(8.439)	-
Total do ativo diferido	46.151	52.633	(6.482)	-
Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização	(20.176)	(17.602)	(2.574)	-
Total do passivo diferido	(20.176)	(17.602)	(2.574)	-
Total do ativo diferido líquido	25.975	35.031	(9.056)	-

A conciliação entre o lucro contábil e a despesa de contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

Contribuição social

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	431.891	97.077
Alíquota nominal	9%	9%
Despesa esperada a taxa nominal	(38.870)	(8.737)
Diferenças permanentes	(118.953)	(119.414)
Compensação base negativa de contribuição social	(96.421)	(54.743)
Base de cálculo	216.517	(77.080)
Contribuição social - 9%	(19.487)	6.937
Contribuição social sobre diferenças temporárias	(9.013)	(15.152)
Contribuição social corrente	(28.499)	(8.215)

16 Ativos de Contrato

Em razão da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, a Companhia passou a operar, como regra, na condição de prestadora direta dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito Federal. Com isso, os ativos de infraestrutura utilizados na prestação dos serviços não são mais enquadrados como ativos de concessão, deixando de se sujeitar ao tratamento previsto na ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, salvo na exceção relativa à participação de 50% na concessão do Município de Águas Lindas, que permanece sujeita ao modelo contábil específico por continuar regida por contrato formal de concessão.

Dessa forma, somente os investimentos vinculados à concessão de Águas Lindas, durante sua fase de construção, continuam a ser reconhecidos como Ativo de Contrato, nos termos do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e da ICPC 01 (R1), sendo posteriormente reclassificados para Ativo Intangível quando colocados em operação e disponíveis para uso.

Para todos os demais ativos de infraestrutura relacionados à prestação direta no Distrito Federal, os investimentos em obras e melhorias são registrados diretamente no Imobilizado, conforme sua natureza, não havendo aplicação do modelo de concessão.

Apresentamos abaixo a movimentação do grupo:

Descrição	31/12/2024	Adições	Capitalização de juros	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Obras do Sistema de Abastecimento de Água	411.070	39.093	-	(396.686)	53.477
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário	114.974	22.781	-	(131.797)	5.958
	526.044	61.874	-	(528.483)	59.435

O saldo de obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais na região de Águas Lindas de Goiás.

17 Ativo Financeiro – Concessões

Com a promulgação da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, ficou estabelecida a prestação direta do serviço público de saneamento básico, de titularidade do Distrito Federal e não mais concessão de serviços públicos. Com isso, a Companhia deixou de fazer a bifurcação de seus ativos e não mais reconhece o ativo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos ativos financeiros de concessões era a seguinte:

a. Composição

	2025	2024
Ativos financeiros indenizáveis		
- Sistema de Abastecimento de Água	-	1.135.092
- Sistema de Esgotamento Sanitário	-	935.445
Total	-	2.070.537

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2024	Transferências	Saldo em 2025
Ativos financeiros indenizáveis			
- Sistemas de abastecimento de água	1.135.092	(1.135.092)	-
- Sistemas de esgotamento sanitário	935.445	(935.445)	-
Total	2.070.537	(2.070.537)	-

18 Investimentos

2025

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	322.231	(135.830)	19.774	(8.335)
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.471.845	103.370	9	-
				19.783	(8.335)

2024

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	458.061	17.567	28.109	1.078
Companhia do Metropolitan do Distrito Federal	0,0007%	1.368.475	(468.126)	9	(3)
				28.118	1.075

19 Imobilizado

a. Composição

Natureza	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	30.621	-	30.621	30.756	-	30.756
Edificações	69.338	(26.799)	42.539	69.372	(25.945)	43.427
Instalações	11.285	(6.951)	4.334	8.895	(6.483)	2.412
Computadores e periféricos	47.149	(30.736)	16.413	46.286	(27.905)	18.381
Móveis e utensílios de escritório	16.517	(12.117)	4.400	15.752	(11.815)	3.937
Máquinas e equipamentos	91.648	(51.592)	40.056	12.622	(6.516)	6.106
Veículos	20.747	(13.071)	7.676	15.898	(12.770)	3.128
Aparelhos de som/áudio/comunicação	1.722	(945)	777	1.772	(1.051)	721
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	5.582	(3.305)	2.277	5.782	(3.249)	2.533
Instrumentos de medição e precisão	25.096	(15.547)	9.549	24.624	(14.727)	9.897
Sistema de Abastecimento de Água	2.315.877	(688.345)	1.627.532	-	-	-
Sistema de Esgotamento Sanitário	1.712.835	(562.250)	1.150.585	-	-	-
Projetos e obras em andamento (a)	491.059	-	491.059	1.302	-	1.302
Ativos de direito de uso	77.092	(26.276)	50.816	105.681	(39.122)	66.559
Outros	395	(270)	125	372	(277)	95
Total	4.916.963	(1.438.204)	3.478.759	339.113	(149.860)	189.254

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2024	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2025
Terrenos	30.756	(135)	-	-	-	30.621
Edificações	43.427	(888)	-	-	-	42.539
Instalações	2.412	174	-	2.216	(468)	4.334
Computadores e periféricos	18.381	3.142	(51)	-	(5.059)	16.413
Móveis e utensílios de escritório	3.937	1.166	(37)	-	(666)	4.400
Máquinas e equipamentos	6.106	4.070	(24)	32.962	(3.058)	40.056
Veículos	3.128	3.613	(9)	1.340	(396)	7.676
Aparelhos de som/áudio/comunicação	721	160	(13)	-	(91)	777
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	2.533	66	(19)	-	(303)	2.277
Instrumentos de medição e precisão	9.897	1.416	(77)	114	(1.801)	9.549
Sistema de Abastecimento de Água	-	145	(106)	1.648.478	(20.985)	1.627.532
Sistema de Esgotamento Sanitário	-	1.539	(5)	1.162.225	(13.174)	1.150.585
Projetos e obras em andamento (a)	1.302	149.489	-	340.268	-	491.059
Ativos de direito de uso	66.559	(28.589)	-	-	12.846	50.816
Outros	95	47	-	-	(17)	125
Total	189.254	135.415	(341)	3.187.603	(33.172)	3.478.759

- (a) O saldo de projetos e obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e entorno. No exercício de 2025, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R\$ 2.997 (R\$ 3.818 em 2024).

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Natureza	Saldo em 2023	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2024
Terrenos	28.130	32	-	2.594	-	30.756
Edificações	42.465	-	-	1.850	-888	43.427
Instalações	2.427	437	-	41	-493	2.412
Computadores e periféricos	8.169	8.771	-6	4.993	-3.546	18.381
Móveis e utensílios de escritório	4.828	-254	-4	-	-633	3.937
Máquinas e equipamentos	6.101	731	-	-	-726	6.106
Veículos	2.989	428	-	-	-289	3.128
Aparelhos de som/áudio/comunicação	804	-	-	-	-83	721
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	2.090	267	-	451	-275	2.533
Instrumentos de medição e precisão	8.229	3.270	-	9	-1.611	9.897
Projetos e obras em andamento (a)	9.879	1.582	-	-10.159	-	1.302
Ativos de direito de uso	18.268	41.450	-	-	6.841	66.559
Outros	64	44	-	-	-13	95
Total	134.443	56.758	(10)	(221)	(1.716)	189.254

20 Intangível

a. Composição

Natureza	2025			2024		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	28.051	(7.483)	20.568	1.069.392	(654.118)	415.274
- Sistemas de esgotamento sanitário	61.050	(14.296)	46.754	783.797	(543.101)	240.696
- Equipamentos operacionais	-	-	-	71.367	(39.312)	32.055
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	10.422	(2.877)	7.545	10.404	(2.878)	7.526
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	66.828	(36.298)	30.530	39.852	(25.223)	14.629
Total	166.351	(60.954)	105.397	1.974.812	(1.264.632)	710.180

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2024	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2025
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	415.274	7.408	(623)	(371.746)	(29.745)	20.568
- Sistemas de esgotamento sanitário	240.696	11.898	(744)	(184.827)	(20.269)	46.754
- Equipamentos operacionais	32.055	1.699	(114)	(30.560)	(3.080)	-
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	7.526	-	-	19	-	7.545
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	14.629	26.976	-	-	(11.075)	30.530
Total	710.180	47.981	(1.481)	(587.114)	(64.169)	105.397

Natureza	Saldo em 2023	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2024
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	405.137	10.330	(9)	49.683	(49.867)	415.274
- Sistemas de esgotamento sanitário	246.582	6.420	-	21.306	(33.612)	240.696
- Equipamentos operacionais	27.552	8.941	(30)	12	(4.420)	32.055
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	7.345	181	-	-	-	7.526
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	9.629	14.698	-	-	(9.698)	14.629
Total	696.245	40.570	(39)	71.001	(97.597)	710.180

Contratos de Concessão (Consórcio CAESB x SANEAGO)

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está no alcance do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada estão em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) a Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos do município de Águas Lindas de Goiás são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que o município tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros. O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020) indica, em seu art. 29, que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e o histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da Companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2025			2024		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Veículos	66.579	(19.809)	46.770	117.319	(32.843)	84.476
Imóveis	10.513	(6.467)	4.046	8.172	(6.279)	1.893
Faixas de servidão	10.422	(2.878)	7.544	14.005	(2.878)	11.127
Totais de Arrendamento Mercantil	87.514	(29.154)	58.360	139.496	(42.000)	97.496
Imobilizado	77.092	(26.276)	50.816	125.491	(39.122)	86.369
Intangível	10.422	(2.878)	7.544	14.005	(2.878)	11.127

21 Fornecedores e outras contas a pagar

	2025	2024
Fornecedores de Bens e Materiais	35.331	30.101
Prestadores de Serviço	78.783	94.617
Empreiteiros	23.922	23.878
Cauções/Retenções Contratuais	2.851	4.190
Consignações a recolher (a)	384	-
Dividendos a pagar (b)	117.564	21.484
Obrigações com clientes (c)	20.996	18.767
Obrigações Judiciais	3.838	3.937
Provisão TFS e TFU e uso de recursos hídricos	9.249	8.570
Circulante	292.918	205.544
Obrigações especiais (d)	153.743	148.253
Obrigações judiciais (e)	180.189	84.774
Prestadores de serviço (f)	19.300	7.407
Não circulante	353.232	240.434
Total	646.150	445.978

- (a) Variação em função dos pagamentos referentes às consignações a recolher haverem sido liquidados dentro do próprio exercício de 2024.
- (b) Variação relevante em função do lucro líquido do exercício de 2025 ter sido superior ao de 2024.
- (c) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida Lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa Lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
- (d) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.
- (e) Em 26/11/2022 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 890 garantindo à CAESB que o pagamento de suas dívidas decorrentes de condenações judiciais seja feito por meio do regime dos precatórios. Tais montantes estão sendo registrados no Passivo não circulante da Companhia.
- (f) O aumento decorre de uma nova contratação de prestação de serviços de atualização tecnológica e fornecimento de softwares de Inteligência Artificial contratado em março de 2025.

22 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	2025	2024
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 35)	-	13.286
Banco Caixa Econômica Federal S.A (Nota Explicativa 22.1)	-	8.727
Banco do Brasil (Nota Explicativa 22.5)	387	-
Banco de Desenvolvimento Alemão KfW (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 22.3)	100	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 22.2)	58.861	78.383
Circulante	59.348	100.396
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 22.1)	-	41.787
Banco do Brasil (Nota Explicativa 22.5)	10.000	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 22.2)	594.305	734.487
Não circulante	604.305	776.274
Total	663.653	876.670

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2025 e 2024:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	876.670	778.849
(+) Liberações	13.599	2.361
(+) Juros e encargos	47.886	56.619
(+) Variações monetárias e cambiais	(90.222)	188.311
(-) Juros, variações e encargos pagos	(48.040)	(56.660)
(-) Amortizações	(136.240)	(92.810)
Saldo no final do exercício	663.653	876.670

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2025:

Instituição	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Banco do Brasil nº330.701.845	01	IPCA	10,67%	Recursos próprios	2040
Banco Itaú (Santa Luzia)	01	TR	8,00%	Recursos próprios	2035
Banco Itaú (ETE Recanto das Emas)	01	TR	9,00%	Recursos próprios	2035
BID nº 1288/OC-BR	01	Margem BID	4,68%	Fiança	2026
BID nº 3168/OC-BR	01	SOFR+Margem BID	5,40%	Fiança	2039
BID nº 5990/OC-BR	01	SOFR+Margem BID	5,40%	Fiança	2049
KFW nº 30948	01	---	3,28%	Fiança	2039

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	2025	2024
2025	-	98.899
2026	58.621	101.427
2027 em diante	605.032	676.344
Total	663.653	876.670

Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

Em 31 de dezembro de 2025, todo o montante do grupo empréstimos e financiamentos é referente aos financiamentos obtidos para investimentos, não havendo valores captados como empréstimos (capital de giro).

22.1 Caixa Econômica Federal (CEF)

Em 24 de setembro de 2025, foi realizada a liquidação antecipada de todos os contratos vigentes com a Caixa Econômica Federal, conforme solicitação da CAESB. O valor total liquidado foi de R\$ 48.725, representando a quitação integral das obrigações financeiras existentes até a referida data.

22.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2025, estão registrados três contratos de financiamentos.

a. Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma “*Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos*”, integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito

Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo apresenta o saldo de R\$ 10.835, registrado no passivo circulante, tendo em vista que a última parcela do compromisso está prevista para pagamento em junho de 2026.

b. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contraído em 24 de outubro de 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2019 e a última será em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo totaliza o valor de R\$ 642.216, sendo registrados no circulante R\$ 47.911 e no não circulante R\$ 594.305.

c. Contrato nº 5890/OC - BR

Empréstimo contraído em 26 de dezembro de 2024 com o BID, que consiste em minimizar os impactos socioambientais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população, por meio da ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da CAESB, com vistas a redução de perdas no sistema de água, redução do consumo de energia e melhoria operacional.

Nos termos deste Contrato, o BID se compromete a conceder à CAESB um empréstimo no montante de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares). Até 31 de dezembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

O período de carência será de 12 (doze) semestres com amortização em 38 (trinta e oito) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em junho de 2030 e a última será em junho de 2049.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

A taxa de juros incidente sobre os saldos devedores é a “SOFR” (*Secured Overnight Financing*) mais o custo de captação do banco, conforme metodologia e convenções determinadas pelo BID.

Em 31 de dezembro de 2025, totaliza no passivo o valor de R\$ 115, sendo registrados no circulante, correspondente à comissão de crédito calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.3 Banco de Desenvolvimento Alemão (Kreditanstalt für Wiederaufbau) - KfW

(i) Principais eventos

a. Contrato nº 30948

Empréstimo contraído em 14 de outubro de 2024 com o Banco de Desenvolvimento Alemão KfW, que consiste em promover o aumento da capacidade de tratamento de esgotos, melhoria da eficiência energética em Estações de Tratamento de Esgotos, redução de perdas no Sistema de Abastecimento de Água da CAESB, e redução dos custos com energia elétrica na Companhia, num contexto de proteção do meio ambiente e combate às mudanças climáticas.

Nos termos deste Contrato, o Banco KfW se compromete a conceder à CAESB um empréstimo no montante de até € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros). Até 31 de dezembro de 2024 não houve qualquer desembolso realizado.

O período de carência será de 5 (cinco) anos, com amortização em 10 (dez) anos, sendo o vencimento da primeira parcela de amortização em novembro de 2029 e a última em novembro de 2039.

A operação de crédito externa possui como garantidor a República Federativa do Brasil e a taxa de juros incidentes sobre os saldos devedores é fixa de 3,28% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2025, totaliza no passivo o valor de R\$ 100, sendo registrados no circulante, correspondente à taxa de compromisso calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.4 Itaú Unibanco S.A.

Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2025, estão registrados dois contratos de financiamento.

a. Contrato Santa Luzia

Contrato de financiamento, assinado em 3 de abril de 2025, para os investimentos previstos no âmbito do Empreendimento contemplando: (i) todos os serviços envolvendo a implantação de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando à universalização do atendimento à população na localidade de Santa Luzia, Vila Estrutural, no Distrito Federal; e (ii) os serviços de drenagem e pavimentação, com a implantação de uma infraestrutura mínima que garanta o ambiente salubre da população e a conservação da infraestrutura instalada, permitindo a circulação da comunidade e evitando processos erosivos.

Para viabilizar o financiamento do Empreendimento e compor os investimentos previstos, o banco Itaú Unibanco S.A. concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 75.912, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FGTS. Até 30 de setembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

O prazo de carência do financiamento será de 24 (vinte e quatro) meses, com término previsto para março de 2027, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo banco Itaú Unibanco S.A. para a CAESB será amortizado em 96 (noventa e seis) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 30 de abril de 2027 e o último para 30 de abril de 2035.

O saldo devedor do financiamento é apurado mensalmente desde a contratação até sua liquidação. Incidem três taxas sobre esse saldo: (i) juros de 5,00% a.a., pagos mensalmente, inclusive durante a carência; (ii) remuneração do agente financeiro de 2,00% a.a., também mensal e contínua; e (iii) risco de crédito de 1,00% a.a., conforme o contrato e o Manual de Fomento do Programa Saneamento para Todos. Todas as taxas são calculadas sobre o saldo devedor e vigem até o pagamento integral do financiamento.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao banco Itaú Unibanco S.A. exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Até 31 de dezembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

b. Contrato ETE Recanto das Emas

Contrato de financiamento, assinado em 3 de abril de 2025, para os investimentos previstos no âmbito do Empreendimento contemplando todos os serviços públicos do subeixo esgotamento sanitário, abrangendo adequação do processo de tratamento, incluindo separação de sólidos, tratamento biológico, desidratação do lodo e desinfecção de efluentes, sendo desenvolvidos dentro da área interna da ETE Recanto das Emas, localizada na Área Especial, nº 116, Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas, Brasília, no Distrito Federal.

Para viabilizar o financiamento do Empreendimento e compor os investimentos previstos, o banco Itaú Unibanco S.A. concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 184.316, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FGTS. Até 30 de setembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

O prazo de carência do financiamento será de 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para março de 2028, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo banco Itaú Unibanco S.A. para a CAESB será amortizado em 84 (oitenta e quatro) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 30 de abril de 2028 e o último para 30 de abril de 2035.

O saldo devedor do financiamento é apurado mensalmente desde a contratação até sua liquidação. Incidem três taxas sobre esse saldo: (i) juros de 6,00% a.a., pagos mensalmente, inclusive durante a carência; (ii) remuneração do agente financeiro de 2,00% a.a., também mensal e contínua; e (iii) risco de crédito de 1,00% a.a., conforme o contrato e o Manual de Fomento do Programa Saneamento para Todos. Todas as taxas são calculadas sobre o saldo devedor e vigem até o pagamento integral do financiamento.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao banco Itaú Unibanco S.A. exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão

da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Até 31 de dezembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

Cross default

Os dois contratos de financiamento firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. incluem cláusulas de *cross default*, pelas quais o inadimplemento de dívidas financeiras da Companhia, decretado por outro credor, poderá acarretar o vencimento antecipado desses contratos.

Os indicadores são constantemente monitorados de forma a garantir o cumprimento das condições pactuadas e evitar a execução dessas cláusulas contratuais.

22.5 Banco do Brasil (BB).

Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2025, está registrado um contrato de financiamento.

a. Contrato nº 330.701.845

Contrato de financiamento, assinado em 20 de junho de 2025, que tem como finalidade a aquisição de hidrômetros mecânicos e eletrônicos, com recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A operação de crédito visa fortalecer a infraestrutura de medição da Companhia, contribuindo para a modernização dos sistemas de controle e a eficiência na gestão do consumo de água.

Para viabilizar o financiamento, o Banco do Brasil concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 80.000, correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FCO.

O prazo de carência do financiamento será de 60 (sessenta) meses, com término previsto para julho de 2030, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo Banco do Brasil para a CAESB será amortizado em 120 (cento e vinte) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 1º de agosto de 2030 e o último para 1º de julho de 2040.

Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), a ser aplicado com o Bônus de Adimplência vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na taxa equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 10,673% a.a.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao Banco do Brasil exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025, totaliza no passivo o valor de R\$ 10.387, sendo registrados no circulante R\$ 387 e no não circulante R\$ 10.000.

Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

22.6 Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2025 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	2025			2024		
	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros
Veículos	61.742	(14.972)	46.770	84.477	(19.603)	64.874
Imóveis	4.656	(610)	4.046	1.893	(209)	1.684
Faixas de servidão	10.766	(3.601)	7.165	10.766	(3.601)	7.165
Total de Arrendamento Mercantil	77.164	(19.183)	57.981	97.136	(23.413)	73.723
Circulante	19.624	(1.450)	18.174	26.537	(2.193)	24.344
Não Circulante	57.540	(17.733)	39.807	70.599	(21.220)	49.379

23 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
PASEP a recolher	1.313	1.345
COFINS a recolher	6.059	6.208
CSLL a recolher	6.838	-
INSS a recolher	15.910	15.229
Imposto de Renda Retido na Fonte	16.864	15.338
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	1.960	1.214
Impostos estaduais e municipais	2.059	2.255
Circulante	51.003	41.589

24 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	259	259
Encargos sociais e previdenciários	5.415	5.017
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.408	1.400
Provisão de pessoal	65.139	60.940
Obrigações sociais sobre provisão	25.146	23.513
Total	97.367	91.129

25 Benefícios a empregados

	2025	2024
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	71.684	60.982
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 25.2)	50.018	36.194
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 25.3)	56	3.892
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 25.4)	77.656	76.845
Circulante	199.414	177.913
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 25.2)	178.388	216.173
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 25.3)	1.047	4.423
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 25.4)	90.219	149.737
Indenizações Vitalícias	2.603	2.755
Não circulante	272.257	373.088
Total	471.671	551.001

25.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do “Resultado Operacional PPR”, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2025 foi de R\$ 71.577 (R\$ 60.878 em 2024).

25.2 Benefícios previdenciários

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários: a) Plano I – Benefício Definido que está fechado para novas adesões, e está em extinção; b) Plano II – Benefício Saldado, criado apenas para administrar o benefícios dos empregados provenientes de saldamentos; e c) Plano III – Benefício Misto, atualmente esse é o único plano aberto a novas adesões.

25.2.1 Avaliação atuarial

Nesta nota explicativa são demonstrados o passivo e as despesas relacionadas aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo atuarial preparado por um atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R\$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por

cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

As obrigações estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Parcela contributiva mensal	654	1.199
Dívida contratada	49.364	34.995
Circulante	50.018	36.194
Plano I - BD	1.147	1.206
Dívida contratada	177.241	214.967
Não circulante	178.388	216.173
Total dos benefícios previdenciários	228.406	252.367

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2025, utilizando as informações de novembro de 2025 da Fundiágua, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

Evolução da obrigação atuarial

	Plano I	Plano II	Seguro	Plano de Saúde
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2024	24.260	463.435	1.724	17.279
Custo do serviço corrente	107	-	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(3.093)	(57.581)	-	-
Custo dos Juros	1.604	30.846	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	1.729	63.882	(677)	4.183
Valor presente da obrigação em 31/12/2025	24.607	500.582	1.047	21.462

Evolução dos direitos dos planos

	Plano I	Plano II	Seguro	Plano de Saúde
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	18.323	291.445	-	14.580
Rendimento esperado dos ativos do plano	2.130	32.911	-	1.173
Contribuições	949	34.820	-	122.164
Benefícios pagos pelo fundo	(3.093)	(57.581)	-	(114.901)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos do plano	857	21.691	-	(706)
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025	19.166	323.286	-	22.310
Obrigações Liquidadas em 31/12/2025	(5.441)	(177.296)	(1.047)	847
Dívida Contratada	3.149	227.818	-	-
Parcela dos participantes	1.146	-	-	-
Obrigações remanescentes 31/12/2025	(1.146)	-	(1.047)	-

25.3 Benefícios assistenciais

25.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa. O valor referente ao déficit apurado do plano de saúde foi registrado.

	2025	2024
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	17.279	25.919
(Ganhos) ou perdas atuariais	4.183	(8.640)
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	21.462	17.279
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	14.580	16.511
Retorno dos investimentos	1.173	556
Contribuições	122.164	125.514
Benefícios Pagos	(114.901)	(122.614)
Ganhos ou (perdas) atuariais	(706)	(5.387)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	22.310	14.580
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	-	(2.699)

25.3.2 Clube Social CAESB - CAESO

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2025, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

	2025	2024
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	1.724	1.956
Ajustes efetuados no exercício	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	(677)	(232)
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	1.047	1.724
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	(1.047)	(1.724)

As obrigações estão apresentadas a seguir

	2025	2024
Benefícios Assistenciais	56	3.892
Circulante	56	3.892
Plano de Saúde	-	2.699
Seguro de Vida	1.047	1.724
Não circulante	1.047	4.423
Total dos benefícios assistenciais	1.103	8.315

25.4 Programa de Demissão Voluntária

A Companhia estabeleceu um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em setembro de 2024. Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderiram ao Programa quando foram convidados a assinar o Termo de Adesão ainda no exercício de 2024. No total, 100 pessoas foram habilitadas a se desligarem, conforme cronograma estabelecido pela Companhia, e todos efetivaram sua saída entre o exercício de 2024 e o período de janeiro a março de 2025.

Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 25% aplicado sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que serão pagos durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro mensal, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.

Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os valores provisionados referentes ao programa de 2024 e os saldos remanescentes referentes ao programa de 2021:

	2025	2024
Circulante	77.656	76.845
Não circulante	90.219	149.737
Total do Programa de Demissão Voluntária	167.875	226.582

26 Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de natureza cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Diretoria Jurídica ou pelo valor histórico das condenações. A classificação de risco utilizada pela Diretoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Além da matéria está disciplinada em norma interna da Companhia, todos os controles são revisados pela Diretoria Jurídica, e, quando necessário, aprimorados.

Essas provisões estão assim constituídas:

Natureza	2025			2024		
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais
Cível	194.258	(1.632)	192.626	114.298	(1.522)	112.776
Trabalhista	84.375	(7.803)	76.572	78.223	(6.917)	71.306
Total	278.633	(9.435)	269.198	192.521	(8.439)	184.082

A movimentação das provisões em 2025 e 2024 foram as seguintes:

	Cível	Trabalhista	Total 2025
Saldo no início do exercício de 2025	114.298	78.223	192.521
Constituição de provisão	86.947	20.131	107.078
Reversão de provisão	(4.229)	(6.300)	(10.529)
Baixa por realização	(2.758)	(7.679)	(10.437)
Saldo no final do exercício de 2025	194.258	84.375	278.633

	Cível	Trabalhista	Total 2024
Saldo no início do exercício de 2024	164.391	46.294	210.685
Constituição de provisão	33.529	40.577	74.106
Reversão de provisão	(38.025)	(2.761)	(40.786)
Baixa por realização	(45.597)	(5.887)	(51.484)
Saldo no final do exercício de 2024	114.298	78.223	192.521

26.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 658 processos (670 em 2024) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2025		2024	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Patrimônio/Desapropriações	9	106.657	7	83.915
Cobrança indevida de contas	408	27.389	447	20.086
Indenização	187	5.567	179	5.314
Divergências com fornecedores e prestadores de serviços(a)	32	52.973	23	4.650
Outros	22	1.672	14	333
Total	658	194.258	670	114.298

a) A variação decorre da reclassificação do grau de risco para “provável” de três processos de maior relevância relacionados à cobrança de contratos administrativos, bem como de um processo de desapropriação.

26.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 523 processos classificados como perdas prováveis (520 em 2024). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	2025		2024	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Desvio de função	55	21.177	71	24.294
Subsidiariedade	150	17.668	165	14.414
Periculosidade	62	17.033	57	13.080
Progressão/Complemento Salarial	35	11.021	39	12.909
Danos Morais/Materiais	8	4.135	-	-
Descontos	101	3.500	99	4.525
Hora Extra	23	2.493	13	986
Rescisão contratual	8	1.492	6	1.519
Gratificação de Titulação	22	1.448	25	1.367
Adicional	7	1.064	5	967
Outros	52	3.344	40	4.162
Total	523	84.375	520	78.223

26.3 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 572 processos de natureza cível (500 em 2024) e 42 processos de natureza trabalhista (56 em 2024), considerados pela Diretoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R\$ 122.869, em 31 de dezembro 2025 (R\$ 147.934 em 2024). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	Nº de processos	Valor
Passivos contingenciais cíveis		
Fornecedores e prestadores de serviços	14	16.611
Cobrança indevida de contas	396	78.980
Indenização	129	12.516
FGTS	1	5.738
Outros	32	1.460
Saldo no final do exercício	572	115.305
Passivos contingenciais trabalhistas		
Desvio de função	8	2.419
Desconto Salarial Greve	7	2.188
Subsidiariedade	9	1.239
Periculosidade	3	729
Reversão	1	300
Gratificação de Titulação	4	159
Desconto Salarial	2	117
Hora Extra	2	105
Acidente de Trabalho	1	100
Rescisão contratual	1	100
Outros	4	108
Saldo no final do exercício	42	7.564
Passivos contingenciais totais	614	122.869

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital Social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Composição	2025		
	Número de ações	R\$ 1,00	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	978.660.023	1.957.320.046	89,93
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	109.111.462	218.222.924	10,03
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	426.939	853.878	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	45	90	0,00
	1.088.198.469	2.176.396.938	100,00

Composição	2024		
	Número de ações	R\$ 1,00	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	929.456.430	1.858.912.860	89,62
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	107.158.572	214.317.144	10,33
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	419.297	838.594	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	44	88	0,00
	1.037.034.343	2.074.068.686	100,00

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2025 foi autorizado pela Assembleia Geral o aumento de capital no valor de R\$ 102.328, passando o valor do mesmo para R\$ 2.176.397.

27.2 Reserva Legal

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2025 foi registrado o valor de R\$ 19.717, totalizando R\$ 71.663.

27.3 Reserva de Lucros Para Futuro Aumento de Capital

A Reserva para Futuro Aumento de Capital corresponde ao lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e da distribuição dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Após autorização da Assembleia dos Acionistas os valores são incorporados ao capital social da Companhia, proporcionalmente à participação dos acionistas. Em dezembro de 2025 o saldo registrado é de R\$ 321.509, pendente de autorização para aumento de capital, referente aos exercícios de 2024 e 2025.

27.4 Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios à Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial, referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia, decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais apurados, são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa nº 25.2.

27.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os valores de adiantamento para futuro aumento de capital são oriundos de repasse de recursos realizados pelos acionistas. Os adiantamentos estão classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. No exercício de 2025 foi integralizado o valor de R\$ 64.530 referente aos aportes realizados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) no exercício de 2023 e apenas o Governo do Distrito Federal (GDF) fez aporte de novos valores, logo o saldo registrado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 63.360 (R\$ 108.137 em 2024).

27.6 Remuneração dos Acionistas

Conforme art. 17 do Estatuto Social Consolidado e item “4” da Política de Distribuição de Dividendos, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

No dia 28 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia, acatando a proposição da Diretoria Colegiada, deliberou pela antecipação de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 58.782, à título de dividendos intercalares, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2025.

No dia 13 de novembro de 2025, novo pagamento foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia, acatando proposição da Diretoria Colegiada, no valor de R\$ 58.782, novamente à título de dividendos intercalares, totalizando R\$ 117.564 de dividendos antecipados.

Em relação ao resultado do exercício de 2025 os valores foram calculados e estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	394.336	90.461
Total	394.336	90.461
(-) Reserva legal – 5%	(19.717)	(4.523)
Base de cálculo para os dividendos obrigatórios	374.619	85.938
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	93.655	21.484
Dividendos antecipados (intercalares) – 31,38%	117.564	-
Total dos dividendos propostos	-	-

A proposta de dividendos do exercício de 2025 a ser encaminhada para ratificação da AGO de 2026, no montante de R\$ 117.564, contempla o dividendo mínimo obrigatório de R\$ 93.655, equivalente ao percentual de 25% do lucro líquido ajustado, além de dividendos adicionais de R\$ 23.909.

28 Receitas Operacionais

	2025	2024
Serviço de Abastecimento de Água		
Receitas faturadas	1.460.107	1.316.420
Receitas de Serviços não faturadas	14.486	2.241
Receitas de contingência (a)	(40)	(24)
Consórcio Águas Lindas	35.829	32.829
Total Sistema de Abastecimento de Água	1.510.382	1.351.466
Serviços de Esgotamento Sanitário		
Receitas faturadas	1.234.927	1.113.911
Receitas de serviços não faturadas	12.381	2.378
Consórcio Águas Lindas	22.499	19.407
Total Sistema de Esgotamento Sanitário	1.269.807	1.135.696
Receita operacional bruta	2.780.189	2.487.162
COFINS	(83.515)	(75.951)
PASEP	(18.095)	(16.456)
Descontos Incondicionais	(282)	(920)
Regulação dos Serviços (b)	(110.868)	(101.078)
Deduções sobre as Receitas	(212.760)	(194.405)
Receita operacional líquida	2.567.429	2.292.757

a. Receitas de Contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica. Atualmente não existe mais a cobrança, contudo os valores apresentados são oriundos de refaturamento/cancelamento de contas antigas

b. Regulação dos Serviços

O custo com regulação refere-se à remuneração paga à ADASA por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

- (*) Em virtude da publicação da Lei Distrital nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, que estabelece a prestação direta do serviço público e extingue o prazo de concessão, a Companhia deixou de reconhecer a Receita de Construção, dessa forma os valores do exercício de 2024 foram ajustados.

29 Custos dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2025	2024 (Ajustado)
Custos do serviço de abastecimento de água	(795.827)	(770.062)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(570.648)	(497.211)
Total	(1.366.475)	(1.267.273)

(*) Em virtude da publicação da Lei Distrital nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, que estabelece a prestação direta do serviço público e extingue o prazo de concessão, a Companhia deixou de reconhecer os Custos de Construção, dessa forma os valores do exercício de 2024 foram ajustados.

29.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2025	2024 (Ajustado)
Custos com pessoal	(366.387)	(355.466)
Custos com material	(54.346)	(47.288)
Custos com serviços de terceiros	(311.081)	(317.735)
Outros custos gerais	(10.351)	(5.168)
Depreciação e amortização	(61.134)	(58.041)
Despesas Capitalizáveis	7.472	13.636
Total	(795.827)	(770.062)

29.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2025	2024 (Ajustado)
Custos com pessoal	(250.896)	(231.864)
Custos com material	(65.247)	(58.173)
Custos com serviços de terceiros	(213.550)	(168.118)
Outros custos gerais	(2.313)	(1.788)
Depreciação e amortização	(44.739)	(41.966)
Despesas Capitalizáveis	6.097	4.698
Total	(570.648)	(497.211)

30 Despesas comerciais

	2025	2024
Despesas de pessoal	(124.839)	(120.616)
Despesas com material	(976)	(1.028)
Serviços de terceiros	(36.936)	(23.550)
Despesas gerais	(124)	(128)
Depreciação	(3.570)	(2.982)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (a)	(50.934)	(147.572)
Total	(217.379)	(295.876)

a) A Companhia intensificou ações de recuperação de créditos vencidos, o que resultou em maior adesão a parcelamentos, contribuindo para a elevação do saldo a receber, e consequentemente reversão das provisões anteriormente efetuadas.

31 Despesas administrativas e gerais

	2025	2024
Despesas de pessoal	(253.045)	(225.381)
Despesas com material	(5.486)	(4.209)
Serviços de terceiros	(72.366)	(60.738)
Despesas gerais	(6.318)	(2.257)
Depreciação	(18.754)	(16.180)
Despesas demandas judiciais	(15.682)	(10.092)
Total	(371.651)	(318.857)

32 Despesas tributárias

	2025	2024
Impostos	(62)	(76)
Taxas e tarifas	(9.077)	(9.293)
Total	(9.139)	(9.369)

33 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2025	2024
Provisões judiciais (a)	(86.112)	18.164
Provisão para programa de demissão voluntária (PDV) (b)	92.697	(92.805)
Provisão para benefícios previdenciários e assistenciais	(856)	(1.345)
Outras provisões	(3.270)	(2.765)
Vendas de bens do ativo imobilizado	431	2
Custo na baixa ou alienação de bens	(1.809)	55
Receitas de multa (c)	19.099	10.711
Receitas de aluguel	308	323
Outras receitas diversas	3.970	8.098
Despesas com inativos (b)	(109.765)	(40.161)
Despesas com funcionários cedidos ou à disposição	(7.558)	(4.878)
Perdas faturamento	(1.157)	(577)
Outras despesas diversas	(8.021)	(5.736)
Total	(102.043)	(110.914)

a) Aumento da despesa com provisões judiciais decorrente de reavaliação de processos judiciais cíveis, conforme nota explicativa 26.

b) A variação decorre do provisionamento referente ao novo PDV lançado em 2025 (ver nota explicativa 25.4);

c) A variação da receita de multa decorre do aumento de valores registrados a título de multas geradas no faturamento, como acréscimos por impontualidade.

34 Resultado Financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	78.866	45.502
Receita de variação monetária e cambial (a)	110.509	13.614
Receita de juros de faturamento	3.461	39.871
Ajuste a valor presente	6.499	3.734
Outras receitas financeiras	3.889	4.593
Receitas financeiras	203.224	107.314
Juros sobre financiamentos	(48.752)	(55.159)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(22.083)	(25.846)
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(81.351)	(17.378)
Variação monetária e cambial sobre financiamentos (a)	(1.261)	(188.311)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(93.813)	-
Outras despesas financeiras	(16.480)	(15.086)
Totais das Despesas financeiras	(263.740)	(301.780)
Resultado financeiro líquido	(60.516)	(194.466)

(a) A Variação decorrente da alta volatilidade cambial, que no exercício de 2025 sofreu uma redução significativa em relação ao exercício de 2024;

(b) Operação de swap cambial (derivativo) efetuada pela Companhia, referente ao Contrato de Empréstimo nº 3168 OC/BR do BID. (Ver nota explicativa 5.2)

35 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e Governo do Distrito Federal (GDF- controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	Referência	2025	2024
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	(a)	223.929	240.343
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 9)	(b)	21.116	26.443
Clientes – Consórcio Águas Lindas	(e)	14.029	13.346
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 13)	(c)	298	196
Ativo circulante		259.372	280.328
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 18)	(d)	19.783	28.118
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(j)	41.484	22.923
Ativo não circulante		61.267	51.041
Saldos patrimoniais	Referência	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22)	(f)	-	13.287
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(j)	30.273	10.516
Benefício a empregados	(g)	50.074	40.087
Passivo circulante		80.347	63.890

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Seguro de Vida - CAESO	(h)	1.047	1.724
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(j)	5.036	5.046
Benefício a empregados	(g)	178.388	218.871

Passivo não circulante		184.471	225.641
-------------------------------	--	----------------	----------------

Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 27.5)	(i)	63.360	108.137
--	-----	--------	---------

Patrimônio líquido		63.360	108.137
---------------------------	--	---------------	----------------

Resultado	Referência	2025	2024
Despesa de programa de saúde	(g)	(57.865)	(50.323)
Contribuições ao plano de previdência	(g)	(24.669)	(25.649)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 18)	(d)	(8.335)	1.075
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 25.2)	(g)	(12.213)	(14.347)
Total		(103.082)	(89.244)

- (a) São valores aplicados no BRB – Banco de Brasília S/A, à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático. Possuem rentabilidade média de 98,8% do CDI.
- (b) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2025 e que não foram recebidos até a referida data-base. A redução registrada foi em virtude do encontro de contas realizado entre a Companhia e o Governo do Distrito Federal – GDF.
- (c) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (d) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
- (e) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2025, e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (f) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal, conforme contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF.
- (g) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
- (h) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.
- (i) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de aportes realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico.
- (j) O valor registrado refere-se aos saldos a receber/a pagar da consorciada Saneago referentes ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. Persistindo o desequilíbrio quando do início da operação do Sistema Produtor de Água Corumbá, o Conselho Diretor do consórcio disciplinará em regulamento próprio os procedimentos e as regras para realização das compensações financeiras entre as partes, inclusive as penalidades por descumprimento. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados.

36 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2025 e 2024, foram de:

	2025	2024 Ajustado
Remuneração da Diretoria	(5.276)	(4.453)
Remuneração do Conselho	(2.137)	(1.828)
Remuneração total	(7.413)	(6.281)

37 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Edifício Sede, Escritórios de atendimento e laboratório, localizados em 15 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$ 104.860,00 (cento e quatro mil, oitocentos e sessenta reais), com vigência de 365 dias a contar de 10/12/2025, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, granizo, fumaça, roubo e furto, dentre outros, no montante segurado de R\$ 154.308.

A Companhia também firmou contrato com a KOVR Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Administradores – D&O (Directors & Officers Liability Insurance), com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$ 18 milhões de reais, com vigência do contrato por 365 dias e com encerramento em fevereiro de 2026.

38 Negócios em conjunto

38.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.

O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial no Município de Águas Lindas de Goiás, logo, os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2025, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação com a Saneago de R\$ 5.036.

Consolidação do exercício:

	2025	2024
Ativo circulante	15.743	14.861
Ativo não circulante	169.617	145.173
Passivo circulante	23.194	4.605
Passivo não circulante	13.010	10.119
Patrimônio líquido	126.480	125.204
Receita	60.176	54.467
Despesa	(37.500)	(34.361)

38.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.

O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.

Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.

Em 31 de dezembro de 2025, foi efetivado novo processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação à pagar para a Saneago de R\$ 8.065.

Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:

Consolidação do exercício:

	2025	2024
Ativo Circulante	112	77
Ativo não Circulante	198.293	204.482
Passivo Circulante	1.780	1.521
Patrimônio Líquido	222.223	226.494
Receita		-
Despesa	(25.598)	(23.456)

39 Eventos subsequentes

39.1 Alteração na direção da Companhia

Em reunião extraordinária realizada no dia 27 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da CAESB, atendendo indicação feita pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal e manifestação favorável do Comitê de Elegibilidade da Companhia, aprovou e elegeu, por unanimidade, o Sr. Mauro Sérgio Barbosa, para ocupar o cargo de Diretor Jurídico, em substituição ao Sr. Luiz Eduardo Sá Roriz, permanecendo este como titular da Diretoria de Regulação e Meio Ambiente.

Em nova reunião extraordinária, realizada no dia 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, atendendo solicitação feita pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, procedeu a dispensa do Sr. Marcus Pereira Aucélio do cargo de Diretor financeiro, Comercial e de Relações com Investidores.

No dia 06 de fevereiro de 2026, em nova reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, após manifestação favorável do Comitê de Elegibilidade, foi indicado e eleito o Sr. Agenor Valladão Neto, para exercer o cargo de Diretor Financeiro, Comercial e de Relações com Investidores da Companhia.

Os diretores eleitos completarão mandato, unificado de 02 anos, nos termos do artigo 13, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016 – “Lei das Estatais”, que encerrará em janeiro de 2027.

39.2 Banco BRB – Fato Relevante

No dia 06 de fevereiro de 2026, o Banco de Brasília S.A (BRB) emitiu nota ao mercado na qual informa aos seus acionistas em geral que entregou ao Banco Central do Brasil – Bacen, documento que reúne ações estruturadas voltadas ao aprimoramento de controles internos, ao fortalecimento da governança corporativa, ao reforço dos processos de gestão de riscos e à observância das práticas prudenciais aplicáveis às instituições financeiras, em plena conformidade com as normas emitidas pelo Bacen.

Informou ainda que o Banco tem atuado em diversas frentes, de forma diligente e coordenada, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das exigências normativas e a manutenção da solidez de suas operações, mantendo diálogo permanente com os órgãos reguladores.

Na mesma nota, reafirmou o seu compromisso de manter seus acionistas e o mercado tempestivamente informados acerca de atos e fatos relevantes, em conformidade com sua Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e com a Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021.

Considerando que o Governo do Distrito Federal (GDF), principal acionista da Companhia, também atua como acionista controlador do Banco de Brasília (BRB), a Companhia vem acompanhando o desdobramento do caso para adotar, caso seja necessário, ações mitigadoras de eventuais riscos financeiros.

39.3 Banco BRB – Proposta de recapitalização

No dia 03 de março de 2026, foi aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o Projeto de Lei nº 2.175/2026 que estabelece medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, como acionista controlador, para fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília (BRB).

O projeto autoriza o Governo do Distrito Federal (GDF) a capitalizar o BRB e a contratar empréstimos com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou outras instituições. O projeto também permite que ativos imóveis sejam vendidos, transferidos ao banco, ou usados para estruturar um fundo imobiliário, servindo como garantia nas operações de créditos.

Dentre os ativos vinculados, destaca-se a inclusão de um terreno de propriedade desta Companhia (CAESB), localizado no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA), área de serviço público, Lote “F”.

A administração da Companhia vem acompanhando o caso e monitorando os desdobramentos da implementação desta lei para adotar, caso seja necessário, ações mitigadoras de eventuais riscos financeiros e operacionais.

* * *

Luís Antônio Almeida Reis
Presidente
CPF: 154.287.101-87

Agenor Valladão Neto
Diretor Financeiro, Comercial e de Relações com Investidores
CPF: 739.329.817-15

Sérgio Antunes Lemos
Diretor de Engenharia
CPF: 365.608.126-34

Walter Lúcio dos Santos Barros
Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 597.640.907-53

André Kluppel Carrara
Diretor de Suporte ao Negócio
CPF: 418.080.101-91

Luiz Eduardo Sá Roriz
Diretor de Regulação e Meio Ambiente
CPF: 244.824.711-00

Mauro Sérgio Barbosa
Diretor Jurídico
CPF: 149.769.941-04

José Carlos Gonzaga
Superintendente de contabilidade
Contador CRC/DF 14.593 CPF: 386.015.911-91